

Termo de Referência 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	153115-MEC-UFRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO/RJ	ALEXANDRE AUGUSTO PRADO DA SILVA	07/03/2025 12:50 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	86/2025	23079.224640/2023-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo para suprir as necessidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e suas diversas Unidades Gestoras, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Catmat	Descrição/Especificação	Un	Req. Mínima da UASG 153115	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	218748	AÇUCAREIRO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 330, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM COLHER	Und	3	42	17,83	748,86
2	235840	ADOÇANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES CICLAMATO + SACARINA.	frasco 100 ml	71	2.347	8,28	19.433,16
3	269943	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO GEL HIDRATADO, APLICAÇÃO LIMPEZA, CONCENTRAÇÃO 70% INPM. APRESENTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) EMITIDA PELA ANVISA, CONFORME ACÓRDÃO TCU 2000 /2016-PLENÁRIO E ACÓRDÃO TCU 189/2021- PLENÁRIO.	Frasco 500 ml	118	3.660	12,21	44.688,60
4	269943	ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO, LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO 70% INPM. APRESENTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) EMITIDA PELA ANVISA, CONFORME ACÓRDÃO TCU 2000/2016-PLENÁRIO E ACÓRDÃO TCU 189/2021- PLENÁRIO.	Frasco 1000 ml	124	6343	11,04	70.026,72
		BANDEJA DE AÇO, MATERIAL AÇO					

5	286098	INOXIDÁVEL, FORMATO RETANGULAR, COMPRIMENTO 48CM, LARGURA 32 CM, APLICAÇÃO SERVIR REFEIÇÕES	Und	9	32	33,83	1.082,56
6	264521	CESTA PÃO, MATERIAL: VIME, ALTURA: 7,5 CM, COMPRIMENTO: 27 CM, TIPO USO: PORTA-PÃO /BISCOITO, FORMATO: OVAL	Und	21	72	50,14	3.610,08
7	237589	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL PAPEL, TAMANHO 102.	Caixa 30 unidades	44	1.514	4,84	7.327,76
8	237590	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL PAPEL, TAMANHO 103	Caixa 30 unidades	49	2.315	5,66	13.102,90
9	230563	COLHER, MATERIAL CORPO AÇO INOXIDÁVEL, TIPO CAFÉ.	Und	14	124	2,53	313,72
10	444991	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 50, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865, COR BRANCO	Pct 100 un	23	2.183	3,79	8.273,57
11	419219	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 200, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865, COR BRANCO	Pct 100 un	385	18.758	5,26	98.667,08
12	403974	COPO DE VIDRO, CAPACIDADE:410 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO, INCOLOR.	Und	18	160	7,21	1.153,60
13	234431	DESODORANTE / AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO AEROSOL, AROMA LAVANDA, USO GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL	Frasco 400 ml	42	2.254	13,76	31.015,04
14	440838	DETERGENTE, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO	Embalagem 5 l	137	2.794	55,21	154.256,74
15	360368	ENVELOPE SACO DE SEGURANÇA TAMANHO 25x13 cm ENVELOPE PLÁSTICO TIPO PLÁSTICO: POLIETILENO ESPESSURA: 150 MICRA COR: CINZA CLARO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FECHO 100% POLIETILENO, SOLDAS LATERAIS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS	Pct 1000 un	5	58	161,41	9.361,78
16	361011	ENVELOPE DE SEGURANÇA TAMANHO 40X32 CM ENVELOPE PLÁSTICO TIPO PLÁSTICO: POLIETILENO COR: CINZA CLARO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FECHO 100% POLIETILENO,	Pct 1000 un	1	14	293,30	4.106,20

		SOLDAS LATERAIS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS					
17	441913	ENVELOPE VAI E VEM FECHO VERTICAL OFICIO TRANSPARENTE - UNIDADE ENVELOPE PLÁSTICO TIPO PLÁSTICO: TRANSPARENTE LARGURA: 37,5 CM COR: INCOLOR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABA PARA FECHAMENTO APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE DOCUMENTOS ALTURA: 25,5 CM	Und	550	8.690	7,21	62.654,90
18	296307	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL LÃ AÇO	Pct 8 un	81	2.319	4,30	9.971,70
19	458301	ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL BOPP, BRILHO, COR BRANCA, LARGURA: 50 MM X COMPRIMENTO: 16 MM, FORMATO RETANGULAR, AUTOADESIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 02 COLUNAS POR ROLO; CADA ROLO DEVE CONTER TOTAL DE 2 MIL ETIQUETAS, VISANDO IDENTIFICAR BENS DA UNIVERSIDADE, CONSTANDO Nº DE PATRIMÔNIO E CÓDIGO DE BARRAS NESSAS ETIQUETAS DE PATRIMÔNIO	Rolo de 2500 unidades	5	282	39,90	11.251,80
20	238550	FLANELA, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 30 CM, COR: LARANJA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO NAS BORDAS	Und	80	2335	2,69	6.281,15
21	232589	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 1 LITRO, FORMATO CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA ROSCÁVEL E AMPOLA EM VIDRO	Und	22	405	52,30	21.181,50
22	311751	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 1,80 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE E TAMPA EM POLIPROPILENO COR PRETA, COM PRESSÃO, FORMATO: CILÍNDRICO	Und	3	61	108,66	6.628,26
23	402921	GARRAFÃO PLÁSTICO DE 20 LITROS PARA ÁGUA MINERAL, VALIDADE DO GARRAFÃO DE NO MÍNIMO 03 ANOS	Und	75	1.543	35,59	54.915,37
24	484679	INSETICIDA APLICAÇÃO USO DOMÉSTICO APRESENTAÇÃO AEROSOL COM 300 ML	Und	54	1.924	15,93	30.649,32
25	375064	JARRA, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 2 L, MODELO COM ALÇA E TAMPA PLÁSTICA, APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO	Und	3	41	35,24	1.444,84
26	379425	JARRAS - MATERIAL: VIDRO - CAPACIDADE: 2L - MODELO: COM ALÇA - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISA - TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE	Und	2	21	42,20	886,20

27	366700	LUVA DE BORRACHA EM LATEX, TAMANHO P	Cx com 50 pares	101	1.421	36,83	52.335,43
28	366699	LUVA DE BORRACHA EM LATEX, TAMANHO M	Cx com 50 pares	101	1.422	40,63	57.775,86
29	607141	PANO LIMPEZA, MATERIAL 70% VISCOSE E 30% POLIESTER, COMPRIMENTO 50 CM, LARGURA 40CM, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL.	Pct com 5un	245	4.832	5,24	25.319,68
30	234204	PANO PRATO, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 60, LARGURA 40, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE/LAVÁVEL E DURÁVEL	Und	178	2.949	4,88	14.391,12
31	301139	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, CLASSE 01, NA COR BRANCA, ALVURA MAIOR QUE 80%, ÍNDICE DE MACIEZ IGUAL OU MENOR QUE 5,5 NM/G, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO PONDERADA IGUAL OU MAIOR QUE 90 N/M, QUANTIDADE DE PINTAS IGUAL OU MENOR QUE 20 MM2/M , TEMPO DE ABSORÇÃO DE ÁGUA IGUAL OU MENOR QUE 5 S (CONFORME NORMA ABNT NBR 15464-2 E 15134), MATÉRIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL, COMPRIMENTO DO ROLO 30 MT (COM TOLERÂNCIA DE 2%), LARGURA DE 10 CM (COM TOLERÂNCIA DE 2%), DIÂMETRO DE ATÉ 12 CM, LARGURA DO TUBETE DE 10 CM (COM TOLERÂNCIA DE 2%), DIÂMETRO INTERNO DO TUBETE MAIOR OU IGUAL A 4 CM, ACABAMENTO GOFRADO, EM RELEVO, PICOTADO, NEUTRO. ROTULAGEM CONTENDO: COM IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS, AROMA, METRAGEM DO PAPEL, NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ, E-MAIL, TELEFONE DO SAC, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO. PRODUZIDO CONFORME NBR 15464-2 E 15134. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR LAUDO MICROBIOLÓGICO DO FABRICANTE NA VALIDADE CONFORME PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE N.º 1.480 DE 31/12/90 E LAUDO DO IPT OU DE OUTRO LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, COMPROVANDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ATENDIMENTO A NORMA ABNT 15464 E 15134. FARDO COM 64 UNIDADES	Fardo com 64 un	314	8.382	191,22	1.602.806,04
		PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL 100% FIBRAS CELULÓSICAS, COMPRIMENTO 300 M, LARGURA ENTRE 10 E 11 CM, TIPO BOA					

32	342815	QUALIDADE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL, QUANTIDADE DE FOLHAS SIMPLES, TIPO PICOTADO, COR BRANCA, MATERIAL 100% FIBRA NATURAL VIRGEM (CELULOSE VIRGEM), NÃO RECICLADO, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, EXTRA MACIO E SEM PERFUME, GRAMATURA MÍNIMA 17,5 G/M2, CLASSE I DE ACORDO COM ABNT NBR 15464-9:2010, COM CERTIFICAÇÃO FLORESTAL (REFERÊNCIA: FSC, CEFLOR), ACONDICIONADOS EM FARDOS COM 08 ROLOS. LAUDO MICROBIOLÓGICO DE ACORDO COM A RDC 142 DE 2017	Fardo com 8 un	61	18.699	152,87	2.858.516,13
33	441331	PEGADOR ALIMENTO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 29.	Und	3	40	18,03	721,20
34	221147	PORTA-GUARDANAPO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, LARGURA 5, ALTURA 12, COMPRIMENTO 13	Und	2	33	58,27	1.922,91
35	432890	RIBBON DE RESINA, COR PRETA, LARGURA: 110 MM X COMPRIMENTO: 74 MM, PARA USO EM IMPRESSORA COMPATÍVEL COM ZEBRA GC420T E ELGIN/L42 PRO FULL, VISANDO IDENTIFICAR BENS DA UNIVERSIDADE, CONSTANDO Nº DE PATRIMÔNIO E CÓDIGO DE BARRAS EM ETIQUETAS DE PATRIMÔNIO.	Unidade	5	260	39,53	10.277,80
36	456581	POTE ALIMENTOS, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 900 ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA, APLICAÇÃO: Acondicionamento De Alimentos.	Und	3	44	36,76	1.617,44
37	294213	PRATO, MATERIAL LOUÇA, APLICAÇÃO SOBREMESA, DIÂMETRO 19 cm, COR BRANCA.	Und	12	164	13,08	2.145,12
38	384525	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CREMOSO, ACIDEZ PH NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ESSÊNCIA, COMPOSIÇÃO GLICERINA, AGENTES EMOLIENTES APRESENTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) EMITIDA PELA ANVISA, CONFORME ACÓRDÃO TCU 2000 /2016-PLENÁRIO E ACÓRDÃO TCU 189/2021- PLENÁRIO.	Bombona 5 l	67	3.530	34,22	120.796,60
39	411828	SACOS PLÁSTICO LIXO – CAPACIDADE: 100 L (UNIDADE) COR: PRETA LARGURA: 75 CM ALTURA: 105 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SOLDA CONTÍNUA, SEM FECHOS APLICAÇÃO: COLETA SELETIVA NORMAS TÉCNICAS: CLASSE I, TIPO E MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA RECICLADA. A LICITANTE	Pct 100 un	2	163	58,06	9.463,78

		VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, COMPROVANDO A QUALIDADE DO MATERIAL OFERTADO, CONFORME NORMA ABNT NBR 9191/2008.					
40	413461	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO – DESINFETANTE – GALÕES DE 5 LIT	Galão 5 l	5	1.075	17,53	18.844,75
41	260613	TALHER DESCARTÁVEL – MEXEDOR PARA CAFEZINHO – MATERIAL: PLÁSTICO – TIPO: MEXEDOR DE CAFEZINHO – APLICAÇÃO: COPA E COZINHA – COR: BRANCO TRANSPARENTE	Pct 100 un	5	194	5,05	979,70
42	310849	TOALHA MESA, MATERIAL: LINHO, COMPRIMENTO:4,03 M, COR: BRANCA, LARGURA:2,66 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO DE BARRAS E DAS EMENDAS EM BAINHA ABERTA, FORMATO: RETANGULAR	Und	2	40	95,91	3.836,40
43	286184	TOALHA DE MESA – MATERIAL: PLÁSTICO TÉRMICO – FORMATO: RETANGULAR – COMPRIMENTO: 3 M – LARGURA: 1,40 M – ESPESSURA: 2 MM – TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE	Und	7	78	85,71	6.685,38
44	319232	TOALHA DE PAPEL SIMPLES INTERFOLHA – CLASSE 01 (NORMA ABNT 15464-7); QUANTIDADE DE DOBRAS 02; DIMENSÃO DA FOLHA 21 X 23 CM; C/ 1.000 FLS. POR PACOTE (OS PACOTES DEVERÃO SER COMPOSTOS POR 4 AMARRADOS DE 250 FOLHAS OU 5 AMARRADOS DE 200 FOLHAS CADA PERFAZENDO O TOTAL DE 1000 FOLHAS), NA COR BRANCA; CONFORME NORMA DA ABNT NBR 15464-7, ABNT NBR 15134, ABNT NBR ISO 12625-8 E ABNT NBR NM-ISO 2470; CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: MATÉRIA PRIMA 100% CELULOSE VIRGEM ORIUNDA DE REFLORESTAMENTO; ROTULAGEM CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE FOLHAS, DIMENSÃO DA FOLHA	Pct com 1000 fls	464	40.942	40,15	1.643.821,30
45	220098	XÍCARA, MATERIAL: LOUÇA, TIPO: CAFÉ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 80 ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES	Und	12	158	13,78	2.177,24
SOMA TOTAL GLOBAL							7.107.467,29

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (2025), conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. Gêneros Alimentícios:

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 38
- IV) Classe/Grupo: 8940 -ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

2.2.2. Materiais de Limpeza e Descartáveis em Geral:

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 39
- IV) Classe/Grupo: 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 40
- IV) Classe/Grupo: 7350 - LOUÇA E ARTIGOS DE MESA
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 41
- IV) Classe/Grupo: 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 42
- IV) Classe/Grupo: 8135 - MATERIAIS A GRANEL PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 43
- IV) Classe/Grupo: 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024
- III) Id do item no PCA: 44
- IV) Classe/Grupo: 8125 - GARRAFAS E JARROS
- V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

- I) ID PCA no PNCP: 33663683000116-0-000016/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024

- III) Id do item no PCA: 45
IV) Classe/Grupo: - 7210 - UNTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
V) Identificador da futura contratação: 153115-86/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Na presente contratação serão exigidos os seguintes parâmetros de sustentabilidade: Em casos de materiais, os mesmos devem ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT (15448-1 e 15548-2); os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, tal verificação se dará no momento do recebimento do material.

4.2. Subcontratação:

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação:

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 143133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

UASG 153115 (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – **ÓRGÃO GERENCIADOR: Rua Paulo Emídio Barbosa, S /Nº - Cidade Universitária – Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.941-615 - Almoxarifado Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Telefone: (21) 97380-3738, no horário de 10:00 h as 15:00 h, nos dias úteis.**

UASG 153161 (FORUM DE CIENCIA E CULTURA DA UFRJ): AV. PASTEUR. 250 - SALA 209 DO PALAC. UNIVERSIT. - URCA

UASG 153148 (INSTITUTO DE NEUROL. DEOLINDO COUTO DA UFRJ): AV. VENCESLAU BRAS, 95 – PRAIA VERMELHA

UASG 153157 (DECANATO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ): AVENIDA ATHOS DA SILVEIRA RAMOS, 149 CIDADE

UASG 153138 (MEC- FACULDADE DE MEDICINA DA UF/RJ): CCS BLOCO K SALA 17 1.O ANDAR CID: UNIVERSITARIA – ILHA

UASG 153145 (MEC- INSTITUTO DE BIOFISICA DA UF/RJ): AV. CARLOS CHAGAS FILHO, 373- CCS, BLOCO "G" ILHA

UASG 153132 (CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS): AV. PASTEUR, 250 – PALÁCIO

UASG 153137 (MEC- DECANATO CENTRO DE CIENC. DA SAUDE UF/RJ): ILHA UNIVERSITARIA ILHA DO FUNDÃO

UASG 152737 (CAMPUS MACAE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RJ): AV. ALUIZIO DA SILVA GOMES, Nº 50 COMPLEXO ANEXO POLO

UASG 155766 (CAMPUS UFRJ DUQUE DE CAXIAS PROFESSOR GERALDO): ESTRADA DE XEREM N. 27

UASG 153119 (PREFEITURA DA UNIVERSIDADE DA UFRJ/RJ): PRAÇA JORGE MACHADO MOREIRA 100 - ILHA DO FUNDÃO

UASG 762400 (ESCOLA NAVAL): AV ALTE SYLVIO DE NORONHA S/N CASTELO

UASG 153128 (MEC- DECANATO CENTRO DE FILOS.E CIEN.HUM.UF/RJ): AV. PASTEUR, 250 FUNDOS - PRAIA VERMELHO

UASG 153162 (MUSEU NACIONAL): AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 875 – SEÇÃO DE ALMOXARIFADO – MANGUEIRA, RJ – CEP: 20941-160

5.2. Caso a empresa necessite de prazo maior para entrega dos bens, deverá enviar e-mail a unidade requisitante, com a devida justificativa, para análise e resposta de aceite ou recusa.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III)
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)
- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Exigências de Habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal..

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.107.467,29 (SETE MILHÕES CENTO E SETE MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE AUGUSTO PRADO DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 07/03/2025 às 12:50:26.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos TR Consumo.pdf (199.29 KB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Pró-Reitoria de Gestão e Governança

Coordenação Geral de Contratos

Divisão de Gestão de Estoque e Movimentação de Materiais

ANEXO I ANÁLISE DE RISCOS

Ameaça	Efeito	Pro b.	Im-pacto	Risco Cal-culado	Ação de prev/contorno	Responsá-vel	Prazo
Falta de Orça-mento	Ausência de orçamento para efetivação da aquisição	0,05	5,00	0,25	Negociar com a PR3 a destinação de recursos orçamentários para esta ação	Superinten-dência Geral de Gestão	No pré-empe-nho
Atraso na entrega	Ameaça de de-sabastecimento	0,25	5,00	1,25	Antecipar a nego-ciação com o for-necedor para evi-tar atrasos	Fiscalização Administrativa	Após o em-penho
Não forne-cim.	Inviabilização da ação	0,25	5,00	1,25	Aplicar as penali-dades contratuais e buscar nova al-ternativa de con-tratação	Superinten-dência Geral de Gestão	Após o prazo de entrega

Referências:

Referencial	Probabilidade
Provavelmente ocorrerá	0,95
Grande chance de ocorrer	0,75
Igual chance de ocorrer ou não	0,50
Baixa chance de ocorrer	0,25
Chance remota de ocorrer	0,05

Grau do Impacto	Peso	Características
Muito Grande	5,0	Inviabilização da ação;Prejuízos à Administração
Grande	4,0	Atraso significativo da ação;Impacto grave nos objetivos da ação
Moderado	3,0	Atraso da ação;Impacto moderado nos objetivos da ação
Pequeno	2,0	Impacto leve nos objetivos da ação, passível de contorno
Muito Pequeno	1,0	Nenhum impacto significativo à ação



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Pró-Reitoria de Gestão e Governança

Coordenação Geral de Contratos

Divisão de Gestão de Estoque e Movimentação de Materiais

ANEXO II

Quantitativo dos itens por UASG

Item	UASG: 153115	UASG: 153161	UASG: 153148	UASG: 153157	UASG: 153138	UASG: 153145	UASG: 153132	UASG: 153137	UASG: 152737	UASG: 155766	UASG: 153119	UASG: 762400	UASG: 153128	UASG: 153162	Total
1	3	1	0	12	0	4	0	6	0	1	0	0	12	3	42
2	708	58	0	330	200	60	0	125	0	58	0	500	298	10	2347
3	1188	0	0	268	200	100	0	305	0	0	0	800	199	600	3660
4	1232	0	0	990	500	2000	0	642	300	0	0	0	679	0	6343
5	9	3	0	0	0	0	0	7	0	3	0	0	7	3	32
6	21	5	0	0	0	0	0	30	0	5	0	0	11	0	72
7	443	0	0	143	100	200	0	130	100	4	24	0	360	10	1514
8	490	0	0	515	300	100	0	172	100	4	0	0	624	10	2315
9	28	0	0	0	0	0	0	36	0	12	0	0	24	24	124
10	226	20	0	330	0	200	0	865	0	0	192	150	180	20	2183
11	3858	365	500	2530	500	500	0	1600	1000	70	960	2000	3975	900	18758
12	18	12	0	12	0	0	0	35	0	12	0	0	35	36	160
13	421	0	0	1067	300	70	0	140	50	0	0	0	186	20	2254
14	1385	0	0	143	80	140	0	99	140	10	0	500	297	0	2794
15	50	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	2	58
16	10	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	14
17	5500	0	0	2200	0	0	0	150	0	0	0	0	840	0	8690
18	808	0	0	649	0	100	0	65	0	0	0	500	167	30	2319
19	52	0	10	2	4	0	5	49	0	0	0	0	160	0	282
20	802	0	0	132	150	100	0	186	200	0	0	500	215	50	2335
21	228	0	0	11	0	10	15	28	50	15	0	0	48	0	405
22	14	3	0	3	0	10	5	13	0	3	0	0	10	0	61
23	970	0	0	0	0	0	0	60	0	200	75	0	238	0	1543
24	545	0	0	614	400	70	0	110	0	0	0	0	165	20	1924
25	8	3	0	1	0	0	0	9	0	3	0	0	14	3	41
26	3	2	0	2	0	0	0	8	0	2	0	0	4	0	21
27	1013	0	0	11	30	10	0	57	0	0	0	0	100	200	1421
28	1014	0	0	11	30	10	0	57	0	0	0	0	100	200	1422
29	2459	0	0	611	150	300	0	123	500	0	0	0	489	200	4832
30	1782	0	0	132	0	0	0	84	300	0	0	0	473	178	2949
31	3149	0	50	377	100	309	0	272	350	120	384	1500	1771	0	8382
32	613	0	0	8580	100	3000	1550	1336	0	0	0	0	2020	1500	18699
33	17	0	0	2	0	0	0	12	0	3	0	0	3	3	40
34	10	0	0	1	0	0	0	6	0	3	0	0	8	5	33
35	52	0	30	0	4	0	5	40	0	20	0	0	109	0	260
36	4	0	0	0	0	0	0	20	0	3	0	0	11	6	44
37	34	0	0	12	0	0	0	24	0	12	0	0	32	50	164
38	681	0	50	451	60	300	150	807	100	10	144	0	577	200	3530
39	11	0	0	102	1	4	0	23	3	0	0	0	16	3	163
40	62	0	0	253	60	400	0	100	20	0	0	50	120	10	1075
41	51	0	0	0	0	5	0	38	0	5	0	15	75	5	194
42	6	2	0	1	0	0	0	8	0	2	0	0	11	10	40
43	14	7	0	0	0	0	0	13	0	7	0	0	17	20	78
44	4765	0	0	8360	0	7000	1917	6691	800	940	1056	0	7913	1500	40942
45	18	12	0	12	0	0	0	30	0	12	0	0	24	50	158



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Pró-Reitoria de Gestão e Governança

Coordenação Geral de Contratos

Divisão de Gestão de Estoque e Movimentação de Materiais

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

LINK PARA ACESSO AO ETP: <https://pr6.nuvem.ufrj.br/s/GgSm8Mny4Ka3Cgo>